



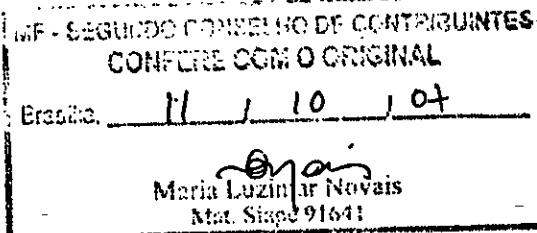
Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002936/2001-11
Recurso nº : 136.710
Acórdão nº : 204-02.434

MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 24/10/03
Rubrica

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : BANCO ALVORADA S/A (Sucessor de Bancocidade Leasing Arrendamento Mercantil S/A)
Recorrida : DRJ em São Paulo - SP



NORMAS GERAIS. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS FORA DO PRAZO SEM O ACRÉSCIMO DA MULTA DE MORA. LANÇAMENTO DE MULTA DE 75% DO VALOR DO DÉBITO. IMPROCEDÊNCIA POR APLICAÇÃO RETROATIVA DA REVOGAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE A PREVIA. NULIDADE. Por meio da Medida Provisória nº 351/2007 foi alterada a redação do art. 44 da Lei nº 9.430/96, que passou a não mais conter previsão para exigência da multa de 75% do imposto nos casos de recolhimento de tributos pelo sujeito passivo, fora do prazo legal, sem o acréscimo da multa de mora. Cuidando a norma de penalidade, tem aplicação o disposto no art. 106 do CTN.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BANCO ALVORADA S/A (Sucessor de Bancocidade Leasing Arrendamento Mercantil S/A).

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Albert Limoeiro.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

Julio César Alves Ramos
Julio César Alves Ramos

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Leonardo Siade Manzan, Árton Adelar Hack e Flávio de Sá Munhoz.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília 11.1.10.07

...n...n...

Min. 1.271.07.0000
M. 5.842.910.00

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 16327.002936/2001-11
Recurso nº : 136.710
Acórdão nº : 204-02.434

Recorrente : BANCO ALVORADA S/A (Sucessor de Bancocidade Leasing Arrendamento Mercantil S/A)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário contra decisão da DRJ em São Paulo - SP que julgou procedente lançamento efetuado de forma eletrônica em virtude da constatação de que a contribuição ao PIS declarada pela empresa em sua DCTF fora recolhida fora do prazo sem o acréscimo da multa moratória de que trata o art. 61 da Lei nº 9.430/96.

A fundamentação legal para o lançamento foi o art. 44 da mesma Lei nº 9.430, em vigor quando da autuação (4/12/2001).

Em sua defesa junto à DRJ em São Paulo, limitou-se a afirmar que o recolhimento fora feito dentro do prazo legal uma vez que estaria amparada por decisão judicial que lhe garantiria o recolhimento do PIS na sistemática da Lei nº 07/70 intitulada de PIS-Repique cujo prazo de vencimento seria o último dia do mês e não o dia 15 como considerado na autuação.

Tal afirmação foi refutada pela DRJ, que comprovou que, na data de lavratura do auto, já não mais existia qualquer decisão judicial que amparasse a pretensão da contribuinte e impedissem a imposição da multa de ofício.

É importante, em face das alterações promovidas no comando legal embasador do lançamento, inicialmente pela Medida Provisória nº 135/2003 e depois pela Medida Provisória nº 303/2006, fixar bem as datas da impugnação - 28/12/2001 - e da decisão proferida: 17 de abril de 2006.

No recurso apresentado, já sob a égide da Medida Provisória nº 303/2006, pleiteia a empresa a desconstituição do crédito em face da retroatividade do comando legal que tornou insubstancial a disposição legal para imposição de multa de ofício na espécie.

É o relatório.

2



Processo nº : 16327.002936/2001-11
Recurso nº : 136.710
Acórdão nº : 204-02.434

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTABILIDADE
CONSULTORIO CIVIL 111
11 / 10 / 07
M. 1234567890
M. 1234567890

2^o CC-MF

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS**

O recurso é tempestivo, pois a empresa foi cientificada da decisão da DRJ em 24/8/2006 e o formalizou em 22/9/2006. Dele, portanto, tomo conhecimento.

O lançamento foi efetuado tomando como base legal o art. 44 da Lei nº 9.430/96, que assim dispunha:

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:

I - de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte:

II - cento e cinqüenta por cento, nos casos de evidente intuito de fraude, definido nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

§ 1º As multas de que trata este artigo serão exigidas:

I - juntamente com o tributo ou a contribuição, quando não houverem sido anteriormente pagos;

II - isoladamente, quando o tributo ou a contribuição houver sido pago após o vencimento do prazo previsto, mas sem o acréscimo de multa de mora;

III - isoladamente, no caso de pessoa física sujeita ao pagamento mensal do imposto (carnê-leão) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de fazê-lo, ainda que não tenha apurado imposto a pagar na declaração de ajuste:

IV - isoladamente, no caso de pessoa jurídica sujeita ao pagamento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, na forma do art. 2º, que deixar de fazê-lo, ainda que tenha apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente;

Social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente;
V - isoladamente, no caso de tributo ou contribuição social lançado, que não houver sido
pago ou recolhido.

§ 2º Se o contribuinte não atender, no prazo marcado, à intimação para prestar esclarecimentos, as multas a que se referem os incisos I e II do caput passarão a ser de cento e doze inteiros e cinco décimos por cento e de duzentos e vinte e cinco por cento, respectivamente.

§ 3º Aplicam-se às multas de que trata este artigo as reduções previstas no art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal.



Processo nº : 16327.002936/2001-11
Recurso nº : 136.710
Acórdão nº : 204-02.434

11 10 07

Emerson

Mais especificamente, na parte acima negritada. Tal redação, entretanto, foi alterada pela Medida Provisória nº 351, editada em 22/01/2007, cujo art. 14 assim passou a disciplinar o assunto:

Art. 14. O art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de setenta e cinco por cento sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;

II - de cinqüenta por cento, exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal:

a) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de ser efetuado, ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste, no caso de pessoa física;

b) na forma do art. 2º desta Lei, que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente, no caso de pessoa jurídica.

§ 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do caput será duplicado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

§ 2º Os percentuais de multa a que se referem o inciso I do caput e o § 1º serão aumentados de metade, nos casos de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para:

I - prestar esclarecimentos;

II - apresentar os arquivos ou sistemas de que tratam os arts. 11 a 13 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991;

III - apresentar a documentação técnica de que trata o art. 38.

Como se vê, da simples leitura do dispositivo, deixou de existir previsão legal para imposição de multa isolada, no percentual de 75%, no caso de o contribuinte recolher fora do prazo o tributo sem o acréscimo da multa de mora. A multa isolada aí mantida se refere a outra situação.

Destarte, tem aplicação ao caso o comando do art. 106 do CTN, nomeadamente seu inciso II, alínea c, que assim estabelece:

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002936/2001-11
Recurso nº : 136.710
Acórdão nº : 204-02.434

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
COMARCA DE MARINGÁ - PR
11 10 07

2º CC-MF
Fl.

opos

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Com essas considerações, voto por dar provimento ao recurso interposto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

Júlio César Alves Ramos
JULIO CÉSAR ALVES RAMOS